

A Política de Cultura Viva e a Triangulação ainda por vir...

Rita Gusmão¹

Resumo: Reflexão sobre o contexto de formação de fruidores/as de Artes, considerando a triangulação ainda incompleta dentro da experiência da Política de Cultura Viva que vimos vivenciando no Brasil, que privilegia fomento financeiro a agentes produtores/as e negligencia iniciativas diretamente relacionadas a esta formação. Se estrutura a argumentação a partir da percepção de que a instauração da lei e de suas regulamentações desde a criação da Política de Cultura Viva, vêm possibilitando que o artista passe a ser visto e tratado como trabalhador e profissional e que as instituições e os coletivos possam planejar ações a partir da (quase) regular distribuição de fomento financeiro em todos os entes federativos, contudo, o/a fruidor/a continua ainda uma figura indefinida, pensada somente em termos de quantidade e de consumo de bens artísticos e culturais móveis.

Palavras-chave: Fruição, Artes, Formação, Política de Cultura Viva.

É inegável que temos tido avanços conceituais, econômicos e políticos com a Política Nacional de Cultura Viva, desde sua regulamentação em 2014. No movimento de comemoração dessa composição de vários atores sociais e governamentais, é fundamental evidenciar que ela proporciona um exercício continuado de criação e recriação da rede de instituições e agentes no país, e que mantém em andamento a regulação das ações de registro e fomento do campo das atividades artísticas e culturais.

O cruzamento entre a letra da lei e as práticas do Sistema Nacional de Cultura tem sido um trabalho feito em várias frentes no território nacional, em que pese a dureza dos embates contra as forças retrógradas que passeiam pela sociedade brasileira, entrando e saindo dos espaços de poder público. Como elemento de envolvimento cultural, a Política de Cultura Viva conta com a perspectiva de cultura viva comunitária, que nasceu com o objetivo de entregar o

¹ Rita de Cassia Santos Buarque de Gusmão. Atua nas áreas de Teatro, Performance e Videoarte (desde 1988). Desenvolve trabalhos como atriz, diretora, contadora de histórias, produtora de espetáculos e eventos artísticos culturais e gestora cultural (desde 1994). Desenvolve a palhaça Colibri (desde 1996). Residência Pós-Doutoral na UFBA/PosCultura, em Gestão Cultural. Doutora em Arte pela Universidade de Brasília (2014); Mestra em Multimeios, pela Unicamp (2000); Graduada em Educação Artística pela Universidade de Brasília (1994). Trabalha atualmente como Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Departamento de Artes Cênicas, onde participa das modalidades de Bacharelado e de Licenciatura (desde 2002). Atua na Pós-Graduação desde 2015, no Mestrado Profissional em Artes. ritag924@gmail.com

fomento direto para os participantes da rede dentro de suas localidades de atuação e sede, de modo que cada um pudesse manter ações em diálogo com sua estrutura de origem, se abrindo para o intercâmbio com outros participantes, individuais e coletivos, ampliando a rede e sua eficácia cultural. E esta trajetória tem sido vitoriosa, por estimular a produção, o registro, a gestão e a circulação de iniciativas e bens culturais. E refletir e avaliar, sempre são caminhos para consolidar ações em andamento, além de potencializar que outras surjam, cada vez mais intensas e extensas na vida cultural, como em toda a vida em sociedade. Neste recorte de reflexão, queremos colocar foco na triangulação ainda incompleta dentro da experiência da Política de Cultura Viva que vimos vivenciando no Brasil, pois a instauração da lei e de suas regulamentações desde a sua criação, vêm possibilitando que o artista passe a ser visto e tratado como trabalhador e profissional e que as instituições e os coletivos possam planejar ações a partir da (quase) regular distribuição de fomento financeiro em todos os entes federativos, contudo, o/a fruidor/a continua ainda uma figura que paira inconsútil, pensado/a como se brotasse naturalmente da oferta de bens culturais.

Chamamos de triangulação esta relação entre artista, fruidor e sistema de fomento. Para refletir, nos baseamos em estudos já conhecidos de pesquisadores/as brasileiros/as e internacionais que vêm mostrando que a oferta, embora indispensável, não garante a interrelação entre as atividades e ações artístico-culturais e os cidadãos e cidadãs que compartilham os grupos sociais. O processo de fomentar a organização cultural exige que se proponha continuamente, como um terceiro pilar desse envolvimento com a cidadania cultural, a formação de fruidores/as; e este pilar precisa de fomento direto e simultâneo aos pilares de regulação da gestão e de apoio aos agentes de produção dos bens artísticos e culturais.

Nota-se uma ausência de menção direta a fruidore/as nos marcos legais, que faz parecer que estão já contemplados na composição com artistas e instituições, no entanto, ao observar as avaliações produzidas por sistemas de acompanhamento das políticas públicas, a relação com esta parte do triângulo da organização cultural está meramente calcada no número de presentes às manifestações artísticas e culturais, sem desdobramento para entender a qualidade e a continuidade dessa presença. Nem no escopo inicial, nem na regulamentação e nem na redação de editais de distribuição de fomento financeiro, a perspectiva de formação de fruidores/as é tratada como necessária e complementar à produção. A difusão poderia ser pensada como tangente a esta parte do triângulo, contudo, sem uma referência direta à formação

de fruidores/as, essa ação fica a critério de cada agente produtor, sem direção ou indicadores que possam ser seguidos, e sem continuidade para as poucas iniciativas realizadas. Temos, assim, uma triangulação incompleta.

Para pensar as interrelações que formam o triângulo da organização cultural, e refletir sobre como a Política Nacional de Cultura Viva pode ser realizada, no sentido de consolidar a presença de fruidores/as na sua implementação, vamos passar aqui por proposições conceituais e metodológicas que sugerem atitudes e ações para essa integração. Inicialmente, com Pierre Bourdieu (2015), podemos dizer que sabemos que a apreciação e a apreensão de um bem artístico e cultural, se formalizam a partir da intenção e da aptidão do/a fruidor/a de se relacionar com ele; e também, que essa intenção é aprendida a partir de normas e convenções da situação histórica e social na qual estão ambos inseridos/as, fruitor/a e bem cultural. Por outro lado, a aptidão para se relacionar com bens artísticos e culturais não é elaborada apenas pelas propriedades formais e estéticas desses bens, pois que essa aptidão é um amálgama de inculturação familiar e escolar, com as condições sociais de produção de gosto e as regras transmitidas por tradições disseminadas.

Se um/a fruitor/a estagna na formação inicial advinda da família e da escola, apenas os bens culturais e artísticos disponíveis no seu espaço-tempo farão parte de sua apreciação, levando apenas à reprodução de intenção e de apreciação, e a uma passividade diante de oportunidades de ampliação desses hábitos. Considerando que o campo artístico e de produção de bens culturais amplia constantemente seus códigos e definições de arranjos simbólicos, a organização cultural que não assume a manutenção de um sistema de formação continuada para fruidores/as, compartilhada com a escola e os agentes culturais de produção, tende a instaurar uma reprodução social de tipologia restrita de bens artísticos e culturais. No decorrer do tempo, essa reprodução social de tipologia restrita ocasiona a impossibilidade de interação de agentes produtores com o sistema de difusão, porque aqueles/as que não participam da tipologia restrita, são desrealizados pelo consenso cultural estagnado e pelo senso comum.

Para desenvolver sua relação com as manifestações artísticas e culturais, o/a fruitor/a precisa estar apto, aberto e estimulado a se deixar atingir por uma performance pedagógica: o mergulho no jogo multifacetado proposto pelo/a artista e que exige participação consciente. Para participar desta performance pedagógica, o/a fruitor/a precisam ser estimulados a assumir que as relações com as manifestações artísticas contem efeitos de suas perspectivas estéticas sobre a vida e a sociedade. Não há, propriamente, um comportamento único para entrar nessas

relações, mas há, sim, um aprendizado sobre como se dispor a apreender cada proposta, em cada encontro com as Artes, e a escolher possibilidades de interação, diretas ou indiretas, de acordo com a manifestação artística da qual participe. Essa performance pedagógica forja o ato de fruição, e forja também o/a fruidor/a, instaurando habilidades para se aproximar do sistema de sentidos que cada manifestação artística compõe, estabelecendo uma interação, e não somente um julgamento de preferência. O gosto nesta interação, estará em segundo plano, pois a atividade de interagir com as Artes está além do gostar ou não de uma manifestação, de concordar ou não com as regras propostas pelo/a artista, e se realiza na experiência sensorial e sensibilizadora que a manifestação artística proporciona, e que alimenta as inteligências.

Cabe à organização cultural incluir em sua gestão e fomento as ações continuadas de formação e mediação, que podem ser entendidas como uma rede, cujos elementos principais são: acesso ao exercício criativo; realização de momentos de investigação, contextualização, vivência do prazer e atividade reflexiva em todos os programas; e ações e editais de fomento à formação artística e intercultural para fruidores/as. E isso porque as manifestações artísticas não se dão a experimentar sem uma atitude consciente de compor com elas, e precisam de uma ambiência sinestésica e envolvente, providenciada pelo/a artista, e aprendida pelo/a fruidor/a.

Na atualidade a figura do fruidor integra dois sujeitos: um que herdou da sociedade burguesa uma imagem de humanidade estável, e outro que está inserido na imposição de inovação, trazida pelo sistema do cientificismo e das tecnologias de comunicação próprio à sociedade moderna. Também, se vive uma circunstância em que a utilização dos dispositivos tecnológicos pós-modernos é produtora de sentido para parte considerável das atividades socioculturais do/a fruidor/a, e presença constante no seu cotidiano, sendo mais intensa e afetiva que a relação com as manifestações artísticas e culturais ao vivo. Por causa dessa situação, é indispensável que o aprendizado pela experiência, comuns nas culturas ancestrais e nas manifestações tradicionais, e também objeto de estudo no processo de formação de fruidores/as, venha a fazer parte da organização cultural, desde os seus marcos legais, até as parcerias com as instituições consagradas à educação, de modo a completar o processo de vivências das manifestações das Artes e da Cultura.

O objetivo central da Política de Cultura Viva, expresso no Art. 2º., Item I, de sua regulamentação de 2014, de “garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispor-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais”, se realizará na medida em que a lei e suas interpretações

assumam a responsabilidade de promover continuamente a experimentação de diversificadas formas artísticas para os/as fruidores/as, tanto quanto o fomento financeiro tem buscado proporcionar a agentes produtores/as. Sem que seja um movimento, da própria Política de Cultura Viva, de instituir o fomento da sensibilidade estética de fruidores/as, não se formará um conjunto perene de pessoas com a habilidade de participar da vida cultural com respeito a todas as manifestações que dela fazem parte, artísticas e de outras naturezas, mas que podem, também, eleger e exercitar suas próprias práticas preferenciais, sem o prejuízo de serem totalitários e não se permitirem ser afetados/as por bens culturais que ainda não conheçam ou não saibam decifrar.

Seguindo a trilha das reflexões, vamos colocar ênfase no aspecto da experiência, como fato que realiza as relações estéticas na interação dos seres socioculturais com o mundo em que vivem. Com John Dewey (2010), fomos estimulados/as a pensar que os reflexos racionais carecem de influxos emotivos para se tornarem pensamentos consistentes e com qualidade duradoura. Para que um reflexo racional absorva elementos emocionais é necessário que seja acionado em situações inclusivas e coletivas, nas quais o interesse pelo objeto, simples e para além do utilitarismo, seja apreendido; e que o entendimento de seu desfecho como uma ação no mundo, auxilie a apreender um processo, e a entender as ações no mundo como processos com desfechos e reverberações coletivas.

A experiência é um movimento no sentido de pensar a qualidade da investigação a que nos propomos e compreender o desfecho como um *continuum* desse movimento. Se no decorrer de uma experiência não somos capazes de reconhecer sua qualidade estética, e chegamos a conclusões somente intelectuais racionais, não há satisfação e completude, porque a experiência intelectual precisa da chancela estética para ser completada. A experiência é uma entrega do eu a uma percepção, que requer a saída de energia na direção de um ato de recepção, que compõem seu próprio movimento de acúmulos e mudanças e que recria o objeto de sua dinâmica. A Arte condensa esse aprendizado em suas manifestações, promovendo a conversão da resistência e da tensão intelectual em direção a um desfecho inclusivo, que pode até não ser totalmente gratificante em si mesmo, mas ensina a compreender o ritmo de absorção e externalização de sentidos. Numa sociedade como a nossa contemporânea, em que os setores de serviços assumem parte considerável de tarefas antes individualizadas, vivenciamos uma outra relação entre horas-trabalho e horas-ociosas, na qual as experiências passam a ter papel de instrução e de distinção social. Embora essa situação não seja equânime entre os grupos

sociais, alcançou forjar uma expansão do consumo de bens artísticos e culturais, contribuindo para um entendimento dessas manifestações como mercadorias; mesmo com as especificidades dessas manifestações, que além de poderem ser adquiridas, podem ser compartilhadas em contextos não comerciais. A composição de acessos aos bens artísticos e culturais com a formação para a valorização dessa experiência como forma de conhecimento do mundo, é uma opção ideológica de organização cultural, que produz reverberações na atitude individual quanto à habilidade de inclusão e a habilidade de coexistência cultural em paz. Me parece ser evidente a necessidade de considerar essa circunstância num país como o Brasil, considerando nossa dimensão territorial e o hibridismo de nossas características culturais.

Por outro lado, uma das características das Artes da atualidade é a participação direta de fruidores/as nas suas manifestações. Tanto na própria elaboração da manifestação, quanto na discussão sobre sua reverberação. Essa participação é objeto de trabalho para o/a artista, e de trabalho para o/a fruidor/a, porque carrega significados e sentidos de criação e criatividade, de percepção e entendimento, de espanto e de satisfação. Na mesma direção apontada por Fernando Vicário (2015), essa atitude das Artes converge com uma configuração sociocultural na qual nos tornamos “prosumidores”, isto é, produtores-consumidores de cultura. Criamos, consumimos e somos consumidos uns pelos outros no mundo cultural. Essa condição contemporânea, é um desafio à formação de fruidores/as para as Artes e as Culturas, porque nos exige um grau de adaptabilidade a linguagens em expansão e a pensamentos elaborados em ritmo de colagem, que se modificam em velocidade.

O envolvimento cultural e sua gestão, para que se moldem como uma Política de Cultura Viva, precisam apreender os modos atuais de compor ações de cidadania cultural, e a forma mais atenciosa de chegar a essa aprendizagem é se manter em contato direto e constante com as instâncias de produção e de fruição, simultaneamente. Os programas e políticas para as Artes e as Culturas estão sendo demandados a acolher as vozes de prosumidores/as e a ampliar os espaços onde essas possam interagir. O processo de formação necessita ser continuado, arejado e promover autonomia para todos os agentes envolvidos: produtores/as, fruidores/as, coletivos e instituições. Propomos, então, um exemplo de circuito formativo que pode inspirar ações para que alcancemos a completude da triangulação para a organização cultural.

Nesse circuito as ações devem ser simultâneas para que sua eficácia seja consistente:

- A) Promover a experimentação de diferentes Artes e garantir que haja espaço de expressão a partir da experimentação para fruidores/as, como elemento de formação e de estímulo à prática imaginativa;
- B) Constituir espaços-tempos em todos os programas artísticos e culturais que possam servir à ampliação de repertório dos/as fruidores/as em todas as Artes e para todas as faixas etárias;
- C) Promover o intercâmbio continuado entre práticas culturais de regiões e grupos sociais distintos, com mediação de artistas;
- D) Expor o valor transformador das práticas artísticas e culturais por meio de campanhas públicas continuadas e estruturadas a partir das várias Artes, direcionadas às faixas etárias e econômicas diversificadas;
- E) Alimentar o aprendizado das trocas comerciais com a visada econômica baseada no caráter caleidoscópico da criatividade humana e na dimensão imaterial das riquezas, como nos ensina a pesquisa da Cidade do Conhecimento (Gilson Schwartz/ USP, 2016);
- F) Incluir nas formações para fruidores/as a percepção do panorama geográfico, sociocultural, político e econômico que forma a memória do povo brasileiro, ampliando para a circunstância humana de produção cultural e artística continuadas;
- G) Averiguar e respeitar as características dos territórios culturais e incluí-las na organização do fomento financeiro às atividades artísticas e culturais;
- H) Estimular a percepção da cidadania cultural, mostrando seu caráter local e as influências globais que a afetam, se relacionando com a produção artística que a reflete, dentro das políticas para as Artes;
- I) Manter pesquisas para nortear a formulação de ações e programas, de modo a contemplar o hibridismo e as tensões étnicas que compõem a sociedade brasileira;
- J) Participar das iniciativas das instituições educacionais de mostrar e praticar as manifestações artísticas culturais e interculturais;
- K) Manter a mediação cultural como prática política e pedagógica da Política de Cultura Viva, acolhendo a incerteza e a mudança com agilidade nas ações.

Nos nossos dias, não cabe mais aceitar a ideia de propensão natural para o envolvimento com as Artes e com as manifestações culturais. E também não é aceitável realizar as políticas públicas baseadas em noção “bom gosto” e suposto “amor pela arte”, porque todo um processo de estudo e pesquisa tem nos mostrado que o comportamento da fruição depende, em sua maior

parte, da formação e do acesso continuados às manifestações e ao aprendizado estético. A conquista de diversidade e continuidade nas atitudes e escolhas dos/as fruidores/as, desafia a nós, como os profissionais da organização cultural, a impulsionar a saída da inércia em que se mantém as relações entre a Cultura Viva e o mundo sociocultural ao qual ela se vincula. As aproximações e os distanciamentos críticos podem ser construções afetivas e de dupla via, desde que os instrumentos de realização da política sejam ativos para a humanização e a multiplicidade que o campo demanda.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.

DEWEY, John. *A Arte como Experiência*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VICARIO, Fernando. “Os Novos Modos de Consumir Cultura e as Velhas Políticas Ministeriais: Desencontros e Transformações”. In: *Políticas culturais: olhares e contextos*. [recurso eletrônico] Organização: Lia Calabre; tradução Carmen Carballal; revisão Samantha Arana. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2015.